

Ordenamento do Turismo Náutico

Município de Angra dos Reis

Cenário e Proposições



FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

MARIA DA CONCEIÇÃO CALDAS RABHA

Prefeita

LEANDRO CORREA DA SILVA

Vice-Prefeito

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS

KLAUBER VALENTE DE CARVALHO

Presidente

NILTON JÚDICE PORTUGAL

Diretor Executivo

AMANDA HADAMA

Gerente de Projetos, Comercialização e Marketing

THIAGO RABHA MIGUEL

Gerente de Operações

CAPÍTULO 1 – CENÁRIO	pag04
1. INTRODUÇÃO	pg 04
2. HISTÓRICO	pag 05
3. INTERAÇÃO INSTITUCIONAL	pag 06
4. INFRAESTRUTURA	pag 07
4.1. ESTRUTURAS DE APOIO NÁUTICO.....	pag 07
4.2. SINALIZAÇÃO NÁUTICA / PROJETO NADO LIVRE.....	pag 16
5. REGULAÇÃO E ORDENAMENTO	pag 17
5.1. TRANSPORTE AQUAVIÁRIO.....	pag 18
5.2. CADASTRAMENTO DE EMBARCAÇÕES.....	pag 19
5.3. NAVIOS TRANSATLÂNTICOS.....	pag 19
5.4. DEMARCAÇÃO DE ÁREAS PARA ATIVIDADES NÁUTICAS DE LAZER.....	pag 20
5.5. ORDENAMENTO DE PRAIAS.....	pag 21
5.6. CADASTRAMENTO DE ESTRUTURAS NÁUTICAS.....	pag 23
5.7. GESTÃO DE RESÍDUOS DAS EMBARCAÇÕES.....	pag 23
6. CAPACIDADE DE SUPORTE	pag 24
6.1. ILHA GRANDE SUSTENTÁVEL.....	pag 24
7. QUALIFICAÇÃO DE PRÁTICAS E SERVIÇOS	pag 26
8. DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A IDENTIDADES TURÍSTICAS	pag 27
9. CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO	pag 27
CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS	pag 28
CAPÍTULO 3 – GRUPO DE ACOMPANHAMENTO	pag 30
CAPÍTULO 4– PLANO DE AÇÃO	pag 31
REFERÊNCIAS	pag 40



1. INTRODUÇÃO

O município de Angra dos Reis conta, atualmente, com elevado número de embarcações registradas:

- 6755 embarcações de esporte e recreio destinadas à navegação interior;
- 754 embarcações de transporte de passageiro para navegação interior;
- 4 embarcações de transporte de passageiro para cabotagem;
- 1718 embarcações de esporte e recreio para mar aberto;
- 24 embarcações de pesca para mar aberto;
- 450 embarcações de pesca para navegação interior.

Segundo levantamentos do Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA), existem 1.759 estruturas de apoio náutico (piers, rampas, trapiches, decks, cais) e 67 instalações náuticas (marinas, garagens e clubes náuticos) na região da Costa Verde (Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba), incluindo desde condomínios, loteamentos, residências de luxo, instalações náuticas, até vilas, pontos turísticos insulares e moradias de pescadores artesanais.

No município de Angra dos Reis, há cerca de 28 empreendimentos classificados na atividade típica de marinas, 834 poitas legalizadas e 37 cais públicos, segundo dados da Secretaria de Fazenda, Capitania dos Portos e Secretaria de Meio Ambiente respectivamente.

Entre os setores econômicos presentes no município e que fazem uso do espaço marítimo, destacam-se o turismo, a pesca e a maricultura. A atividade portuária, a indústria naval e a indústria de petróleo e gás também compõem esse cenário. Vale destacar ainda que, pela característica geográfica do município, com diversas ilhas e comunidades insulares, o mar é amplamente utilizado para fins de locomoção.

É certo afirmar que a convivência de todos esses agentes nem sempre é pacífica. Diferentes conflitos e disputas são registrados pela atuação de todos esses componentes. Infraestrutura insuficiente, deficiência de regulação e capacidade de suporte extrapolada destacam-se entre os principais problemas já identificados.

2. HISTÓRICO

A partir do ano de 2014, a Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisANGRA) e o Sebrae uniram esforços para promover ações que possam vencer alguns dos muitos desafios no processo de ordenamento do turismo náutico. Dessa forma, os projetos Desenvolvimento do Turismo Náutico da Costa Verde e Turismo Legal, que estavam sendo conduzidos no âmbito do Sebrae e da TurisANGRA respectivamente, se integraram em prol desse objetivo comum.

O Projeto de Desenvolvimento do Turismo Náutico da Costa Verde, coordenado pelo Sebrae, tem como foco a qualificação dos serviços já prestados. Foi oferecido um módulo de cursos tendo como público-alvo as agências de receptivo, operadores náuticos e embarcações de turismo de pequeno porte. A diretriz desses encontros foi a melhoria da eficiência da gestão empresarial, o desenvolvimento do associativismo e a formatação de novos produtos turísticos com foco na inovação e sustentabilidade. No segundo semestre, foram realizadas três oficinas com carga horária total de 12 horas.

Já a meta principal do Turismo Legal foi fomentar a legalidade dos operadores de serviços turísticos. Para tanto, foi elaborada uma minuta de decreto visando instaurar o cadastramento obrigatório de embarcações que exercem atividades comerciais nesse segmento. Essa medida também objetiva o aprimoramento do ordenamento dos cais públicos. Além da TurisANGRA, esse trabalho conta com a participação da Capitania dos Portos, Secretaria Municipal de Fazenda, Sebrae e da Procuradoria Geral do Município.

5

Esses projetos estão em pleno andamento. Porém, a fim de construir um planejamento, que seja capaz de abarcar as várias questões do ordenamento do turismo náutico, é necessário formalizar um projeto com ações de curto, médio e longo prazos.

O presente documento traça um cenário do turismo náutico em Angra dos Reis, realizado a partir da atuação da Fundação de Turismo– relatórios, trabalhos operacionais e diagnósticos setoriais. O objetivo é apresentar a visão do órgão de turismo municipal e propor ações de regulação, ordenamento e controle da atividade. O plano de ação foi construído pela Câmara Técnica de Turismo Náutico, grupo vinculado ao Conselho Municipal de Turismo. Cada ação resultará em um projeto. Dada a complexidade do quadro e das instâncias de governança envolvidas na resolução das questões, adotou-se elaborar os projetos executivos de forma gradual.

3. INTERAÇÃO INSTITUCIONAL

6

O Ordenamento do Turismo Náutico requer ações e projetos que extrapolam o âmbito de atuação da Fundação de Turismo de Angra dos Reis. São temas e assuntos que dizem respeito ao setor do ambiente, ao desenvolvimento urbano, à Capitania dos Portos, a empresas públicas e privadas, à autoridade portuária (Companhia Docas do Rio de Janeiro) e a esferas do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Por isso, além de desenvolver seus próprios projetos, a TurisANGRA precisa acionar e envolver instituições e setores que têm interface com o Turismo Náutico. Um plano de ordenamento para os cais públicos do Centro da cidade, por exemplo, implica diálogo não apenas com o trade turístico, mas com o setor pesqueiro, a Companhia Docas do Rio de Janeiro e a atual arrendatária do porto angrense. Elaborar projetos para criação ou ampliação de estruturas náuticas requer diálogo com a secretaria de Meio Ambiente e seu setor de Desenvolvimento Urbano, uma vez que este órgão é responsável pelo planejamento de intervenções urbanísticas no município. A superlotação de praias e ilhas é um problema que precisa da interveniência dos órgãos ambientais municipal, estadual e federal.

Cumprir destacar que esses setores e órgãos já desenvolvem projetos com interface com o turismo náutico, alguns mais pontuais, outros mais abrangentes. Para não trabalhar em duplicidade e potencializar as ações de entidades com o mesmo propósito, é importante integrar esses projetos e manter diálogo constante entre as partes.

A seguir são elencadas ações em andamento e demandas do setor náutico, para contextualizar os agentes sobre o cenário atual. Essas iniciativas, se trabalhadas de forma integrada, poderão trazer resultados qualitativos à organização turística do município.

4. INFRAESTRUTURA

4.1. ESTRUTURAS DE APOIO NÁUTICO

Há quase 10.000 embarcações cadastradas na Capitania dos Portos de Angra dos Reis. Como consequência natural, a demanda por estruturas de apoio para embarque, desembarque e atracação é enorme e crescente, o que é motivo de preocupação.

A despeito dos números que apontam a existência de grande quantidade de piers no município, a maioria deles é de uso privado. Os poucos cais públicos concentram quase toda a demanda de embarque e desembarque. Nesse cenário, sobressaem duas regiões – o Centro da cidade e a Vila do Abraão, localizada na Ilha Grande.

CENTRO DA CIDADE

A porção da orla central da cidade, que se estende da Praia do Anil até o São Bento dispõe das seguintes estruturas:

– **Patromoria– Área da Marinha do Brasil** – Delegacia de Angra dos Reis



Foto: Elite Diver Center

– **Marina Rio Boat Workboat Service**

Empresa de transporte marítimo. Aluga espaços como cais, rampas e galpões para reparo de embarcações.

– **Estaleiro Sul Fluminense**

Empresa que trabalha na construção e reforma de embarcações.

– **Fábrica De Gelo Kamome**

Empresa que fabrica gelo. Entre seus clientes estão as embarcações de pesca, passeio e os moradores das ilhas.

– **Propescar – Cooperativa de Produtores da Pesca de Angra dos Reis**

Cooperativa de pesca que recebe descarga de pescado e comercializa gelo para os barcos pesqueiros.

– **Cais Do Carmo**

Utilizado para os seguintes fins:

- Embarque e desembarque das populações das ilhas em barcos particulares ou barcos de traslados coletivos;
- Escunas de turismo;
- Embarcações de esporte e recreio em geral;
- Agências de Turismo Subaquático, uma vez que os veículos podem descarregar os pesados equipamentos de mergulho próximo ao ponto de embarque;
- Transbordo de combustível pelo Posto de Gasolina flutuante “Golfinho”.

OBS. É permitido o embarque de cargas no local, exceto materiais de construção civil.

– **Posto Dos Pescadores**

Posto de abastecimento de combustível que atende a todos os tipos de embarcações.

– Cais Dos Pescadores

Cais utilizado para descarga de pescado de embarcações de diferentes portes. Esses barcos permanecem ancorados, mesmo após despachar seus insumos. Esse local também é usado pelas embarcações dos ilhéus, que permanecem amarradas durante a permanência das pessoas na cidade.

No Cais dos Pescadores também é destacada uma área para conserto de redes e para pequenos estabelecimentos comerciais e ambulantes (barracas de pastel, trailer de vendas de bebidas, barracas de venda de pescado). Diversos caminhões permanecem estacionados no local para carregamento da produção pesqueira. A rua desse cais dá acesso ao Cais do Carmo, Propescar e Fábrica de Gelo Kamomê, sendo aberta ao trânsito de veículos e pedestres, inclusive turistas.

Além da grande concentração de embarcações, outro problema dessa área é o forte odor causado pelo descarte inadequado das águas dos caminhões. Mesmo sob legislação específica e apesar de diversas autuações e multas aplicadas pela secretaria de Meio Ambiente, esses veículos persistem em despejar o líquido ao longo do cais e das ruas da cidade. 10

A descarga de resíduos sólidos proveniente das ilhas é realizada no local, outro componente estranho a todo o tipo de atividade ali realizada.

– Cais De Santa Luzia

Esse local é utilizado como atracadouro de barcos. Alguns de forma temporária (ilhéus em passagem pela cidade) e a grande maioria de forma permanente (barco de pesca e turismo que não possuem poita ou marina). Em alguns pontos desse cais, uma segunda fila de embarcações era formada, dificultando o trânsito marítimo. Em fevereiro de 2015, a Capitania dos Portos solicitou a retirada desses barcos e foi atendida.

A área também abriga um banheiro público, além de atividades de entretenimento e lazer. Bares e restaurantes atraem centenas de pessoas a esse espaço, especialmente durante a noite. Eventos são realizados em algumas

ocasiões, mediante prévia comunicação.

Na avenida Júlio Maria, localizada imediatamente à frente, concentram-se vários pontos de ônibus e abrigos de passageiros, a exemplo de um terminal urbano de transporte coletivo.

– Estação Santa Luzia

Estrutura utilizada por embarcações turísticas – passeios e traslados.

Para embarcar na Estação Santa Luzia é necessário um prévio cadastro. A medida visa comprovar a legalidade da empresa.

Essa estrutura, por seu reduzido espaço físico, não atende à demanda atual. Em dias de desembarque de navios transatlânticos, as filas extrapolam os limites da construção. Durante os meses de Verão, uma tenda é locada e instalada para proteger do sol as centenas de pessoas que aguardam o embarque.

Aos arredores da estação, vários indivíduos comercializam passeios turísticos de forma ilegal, abordando pessoas nas ruas, prática que é coibida de forma incipiente pelo poder público.

11

– Cais Do Porto

Cais de atracação de embarcações de pequeno porte de pesca e turismo. A Associação de Barqueiros faz uso desse local. A Associação possui cerca de 20 associados regulares.

– Cais Da Manivela

Cais utilizado para atracação de barcos de pesca e pequenos barcos de turismo. Há, também, um pequeno pier, com estrutura flutuante, que presta apoio de embarque e desembarque às embarcações da Associação de Barqueiros. O local demanda ações de ordenamento, sobretudo em relação à limpeza pública (ponto de acúmulo de lixo) e barcos abandonados que precisariam ser removidos do local.

– Estaleiro Comunitário

Utilizado pela Associação de Barqueiros e pela Colônia de Pescadores.

– Porto De Angra Dos Reis

Administrado pela empresa francesa Technip, o local é explorado como um centro logístico para a movimentação de cargas e apoio a projetos offshore. Segundo informações da empresa, os serviços prestados pela unidade em Angra dos Reis são: apoio à atracação e desatracação de embarcações; operações de estiva e desestiva de carga geral; heavylift e de projeto; armazenagem em áreas cobertas e a céu aberto; serviços de estufagem e desova de containers; apoio à troca de tripulação; apoio para lançamento de barreiras de contenção; apoio à docagem de embarcações e projetos offshore e gerenciamento de resíduos.

– Cais Da Lapa

Essa área também é administrada pela empresa Technip. O embarque de cargas é permitido no local mediante pagamento de uma taxa. A empresa CCR Barcas também faz uso do cais para sua linha regular Centro-Ilha Grande-Centro, com apenas uma saída diária.

Devido às restrições de acesso, os usuários das barcas enfrentam muitos transtornos. É comum a formação de filas de carros e caminhões aguardando vez para desembarque de cargas. O local também não oferece estrutura adequada ao embarque e desembarque de passageiros. 12

– Pier Do São Bento

Estrutura utilizada por pequenas embarcações de esporte e recreio. Há uma rampa e um estaleiro comunitário.

Pelas questões acima apontadas, nota-se que essa região é uma área de uso intenso. A infraestrutura atual não atende de forma satisfatória a nenhum dos entes envolvidos. Esse fato gera conflitos, descontentamento e desordenamento no uso do espaço. As soluções dependem de ações coordenadas entre os setores econômicos envolvidos e diferentes instâncias públicas.

Assim sendo, as intervenções em infraestrutura de apoio náutico para solucionar a sobreposição de usos do espaço na orla do centro da cidade devem ter em vista questões como:

1. Local para implementação da Estação de Barcas;
2. Implementação do Terminal Pesqueiro;
3. Aumento e aprimoramento da Estação Santa Luzia;
4. Espaços de embarque, desembarque e atracação destinado aos moradores das ilhas;
5. Cais de serviços que contemple descarga de resíduos sólidos advindos das ilhas; embarque e desembarque de cargas e embarque de materiais de construção civil.

Documentos como o futuro Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e o Plano de Mobilidade Sustentável trazem pontos de vistas e soluções que certamente enriquecem essa busca por uma melhor e mais eficiente organização desse espaço. É mandatário, portanto, a integração aos grupos que gerenciam esses programas.

É essencial também o conhecimento e a integração com o Projeto Ilha Grande Sustentável, coordenado pelo INEA/RJ. Neste está previsto um projeto de ordenamento turístico para a Ilha Grande com controle de acesso de visitantes. Para operacionalizar esse intento, serão necessárias adaptações nos pontos de embarque. Portanto, qualquer projeto de intervenção nos cais e piers públicos devem dialogar com essa iniciativa.

Outra referência importante é o Projeto Orla, uma iniciativa do governo federal através do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria de Patrimônio da União que entre outros objetivos aborda formas participativas de planejar os usos dos espaços litorâneos. Em Angra dos Reis, houve apenas a elaboração de um diagnóstico preliminar.

ABRAÃO – ILHA GRANDE

A Vila do Abraão possui duas estruturas de apoio – a Estação Abraão e o cais das Barcas.

A Estação Abraão é administrada pela TurisANGRA e serve às embarcações de traslados, passeios turísticos e particulares.

O outro cais recebe as Barcas e também é utilizado para serviços como o transbordo de lixo e o trânsito

de cargas. Atualmente, o píer está parcialmente interditado por conta de risco estrutural. Não há consenso sobre quem detém a titularidade desse espaço. E por esse e outros motivos a urgente reforma não é feita. Visando o bem-estar e segurança de moradores e visitantes, a Prefeitura de Angra dos Reis almeja assumir a administração do espaço. Dessa forma, o município poderá realizar as reformas estruturais urgentes e necessárias no pier, além de poder gerir as operações que ali se processam.

Esses, porém, não são os únicos pontos de chegada e saída de embarcações. Nessa vila, existem cerca de 45 embarcações denominadas “taxi boats”. Tratam-se de pequenos botes com aproximadamente 23 pés que vendem passeios turísticos. Estes se utilizam da praia para realizar o embarque e desembarque, dividindo espaço com banhistas. Nos últimos meses, esses operadores se reuniram com o propósito de formalizar suas atividades e aprimorar os serviços ofertados. Cerca de trinta barqueiros se uniram em torno da coordenação do Projeto Voz Nativa (liderado pela Associação Alternativa Terra Azul). 14

Há ainda lanchas que não fazem uso da Estação Abraão devido a altura do píer. O embarque e desembarque de passageiros é feito na praia.

A Vila do Abraão é um dos locais prioritários para a implantação do projeto de sinalização náutica denominado “Nado Livre”. Embora a praia esteja atualmente classificada como imprópria para o banho, o propósito principal, nesse caso, seria a demarcação de área de manobra de embarcações.

Vale mencionar, também, que o Abraão foi eleita como a primeira localidade da Ilha Grande na qual seria colocado em prática o controle de visitantes planejado pelo Projeto Ilha Grande Sustentável do INEA/RJ.

A Vila também está programada para receber diversas intervenções em obras de saneamento, drenagem e urbanização através do Programa para o Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).



CAMORIM

Um terceiro caso a ser mencionado é o pier do bairro Camorim. Pela distância do Centro da cidade e a falta de agentes públicos para atuar no ordenamento, o local possui múltiplos usos – turismo de pesca, passeios turísticos, esporte e recreio, embarque de materiais de construção civil e outros. Os conflitos ocorrem não apenas na disputa de espaços para embarque marítimo, mas também no acesso terrestre. Já foram constatados vários veículos estacionados de forma irregular, sobretudo na faixa de areia. A comunidade local já registrou várias reclamações sobre desordenamento em alguns períodos. Está em curso um projeto para construção da Estação Camorim, a partir de um convênio com o Governo federal, destinada ao ordenamento do embarque e desembarque de passageiros.

Não resta dúvida que para o ordenamento do turismo náutico no município, a construção e aprimoramento das estruturas de apoio são fundamentais. Nenhuma ordem e boa prática são possíveis quando uma questão essencial como o acesso não for resolvida. 16

A construção ou aprimoramento de estruturas náuticas são ações de médio e longo prazos. Nesse ínterim, é necessário um plano de ordenamento imediato para minimizar os transtornos atuais.

4.2. SINALIZAÇÃO NÁUTICA / PROJETO NADO LIVRE

O “Nado Livre” é um projeto de sinalização náutica que prevê a demarcação do mar com boias, ligadas a cordões de isolamento, com o objetivo de delimitar uma área para banhistas. A ação pretende zelar pela segurança de pessoas em meio ao fluxo de embarcações. O projeto também possui viés ambiental, uma vez que constitui ferramenta para a implantação de um sistema de controle de pessoas e embarcações em atrativos naturais náuticos.

Localidades como a Ilha de Cataguás, Lagoa Azul e Lagoa Verde são prioritárias. Na Vila do Abraão é necessária a sinalização para organizar área de manobras de embarcações e taxi boats.

5. REGULAÇÃO E ORDENAMENTO

No mar de Angra dos Reis, coexistem embarcações de diferentes tipos e com variados propósitos:

- Navios, plataformas e rebocadores ligados a atividade de petróleo e gás;
- Escunas, barcos, lanchas e taxi boats ligados à atividade turística;
- Traineiras ligadas à atividade pesqueira;
- Embarcações de esporte e recreio de diferentes tipos – utilizadas por veranistas ou moradores (para fins de locomoção);
- Embarcações não motorizadas utilizadas para pesca artesanal ou locomoção.

17

Cabe, ainda, mencionar o uso do espaço aquaviário por outras atividades de esporte e recreação como caiaques, canoas, banana boat, stand up paddle etc.

O INEA/RJ, por meio da Gerência de Instrumentos de Gestão do Território (GEGET/DIGAT), está à frente da elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro da Baía da Ilha Grande. Quando consolidado, este será um instrumento de ordenamento territorial importantíssimo para o setor náutico. O primeiro volume desse diagnóstico já foi publicado e fornece subsídios à elaboração do zoneamento. Nesse documento consta um vasto levantamento de informações das atividades econômicas desenvolvidas no território e da infraestrutura existente.

Um ponto a mais a citar é a necessidade de discutir instrumentos de regulação municipal, a exemplo de um plano de gerenciamento costeiro. Da mesma forma, é preciso colocar em pauta meios de monitoramento, fiscalização e implementação de ações a exemplo de uma guarda marítima.

5.1. TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

Atualmente, existe apenas uma linha oficial para transporte marítimo no município: o trajeto Centro de Angra – Vila Abraão (Ilha Grande). Trata-se de uma concessão estadual delegando à empresa CCR Barcas a exclusividade da exploração desse serviço.

No entanto, o serviço prestado não atende à demanda nem mesmo da Vila do Abraão, o que gera inúmeras queixas e manifestações de desagrado. Por conta disso, o mercado se encarregou de suprir essa deficiência. Na Vila do Abraão, empresas de turismo oferecem traslados em horários regulares. Em outras partes da Ilha Grande, traineiras de moradores do próprio local fazem o trajeto durante alguns dias da semana. As praias mais afastadas, como Parnaioca e Aventureiro e as vilas de baixa população não dispõem de nenhum traslado regular.

Se por um lado, essa lacuna gerou oportunidade de renda para muitos moradores da Ilha Grande que fazem o traslado em suas embarcações, por outro lado, nenhum desses transportes possui concessão ou permissão para atuar neste serviço. Nas ocasiões em que houve conflitos, a Prefeitura não pôde intervir, restando a si apenas a mediação de entendimentos. As possibilidades de ordenamento ficam limitadas quando não se têm gerência ou legislação própria sobre o tema.

Paralelo a essa ausência de regulação formal, faz-se urgente debater outro item que deve ser reforçado em relação ao acesso às ilhas, que diz respeito à capacidade de suporte de cada uma delas. Não se pode disponibilizar um acesso incompatível com a capacidade física desses locais. Nos finais de semana e feriados, são disponibilizadas barcas extras, causando impactos negativos na Vila do Abraão, como a superlotação de atrativos e o esgotamento dos serviços públicos básicos. Na Vila do Abraão, há ainda os traslados vindos de Mangaratiba (a partir do cais de Conceição de Jacareí), em que a possibilidade de ordenamento é ainda mais complexa, uma vez que extrapola o limite da jurisdição municipal.

Uma embarcação nova, com instalações modernas foi adquirida pelo Governo do Estado para operar no trecho

Ilha Grande – Centro de Angra dos Reis – Mangaratiba, o que proporcionará mais conforto aos usuários, além de realizar a rota em 30 minutos.

A abordagem desta questão específica – o transporte aquaviário – deverá ser feita junto com a equipe responsável pelo Plano de Mobilidade, cuja elaboração está em curso.

5.2. CADASTRAMENTO DE EMBARCAÇÕES

Não há registros da quantidade de embarcações que operam com turismo náutico em Angra dos Reis. Uma vez que a Prefeitura de Angra, o Conselho Municipal de Turismo e o Sebrae estão empenhados em um projeto de ordenamento e aprimoramento do setor, uma das primeiras ações deverá ser o dimensionamento da atividade.

Dessa forma, está sendo elaborado a minuta de um decreto instituindo o cadastramento obrigatório de embarcações que atuam comercialmente com o turismo. Por essa proposta, os operadores deverão efetuar inscrição de sua frota na Fundação de Turismo de Angra dos Reis. No formulário, são solicitadas informações sobre a empresa e sobre a embarcação. A sistematização desses dados constituirá importante ferramenta no planejamento de projetos de infraestrutura, ordenamento e gestão ambiental.

Além de quantificar o número de embarcações em operação no segmento, gerando dados para gestão, essa ação tem como objetivos:

- fomento à formalização dos empreendedores da área;
- criação de regras para empresas de outros municípios a atuarem em Angra dos Reis, uma vez que a aquisição do selo é condicionada a apresentação do alvará municipal e a matrícula na Capitania dos Portos local.

5.3. NAVIOS TRANSATLÂNTICOS

No último verão, durante a temporada de navios, entre os meses de novembro 2014 e março de 2015,

Angra dos Reis recebeu 60 transatlânticos. Doze navios fundearam na Ilha do Maia e quarenta e oito na Vila do Abraão, na Ilha Grande. As embarcações que visitam o município abrigam em média até três mil passageiros e são registrados desembarques que superam os 50% desse contingente.

Apesar dos efeitos possivelmente favoráveis à atividade turística, o fundeio de transatlânticos na Vila do Abraão gera conflitos. Parte da comunidade alega que a Vila não possui estrutura para receber número tão elevado de pessoas, concomitantemente à operação turística habitual. O argumento é que os ganhos gerados nestas operações não compensam os eventuais danos ambientais e o desordenamento urbano e turístico gerado pelo desembarque de tantas pessoas.

Não há, no entanto, nenhum estudo ou avaliação especial para comprovar as análises individuais dessa movimentação. A exclusão dessa atividade pura e simplesmente, representaria dano de imagem à cidade, sobretudo pelo potencial gerado por esses visitantes eventuais que poderiam optar por uma volta à cidade, em temporadas mais extensas.

Além de análises sobre o cenário acima exposto, parece urgente uma regulação de quantidades e locais alternativos para o desembarque dos passageiros de navios, além da Vila do Abraão. 20

5.4. DEMARCAÇÃO DE ÁREAS PARA ATIVIDADES NÁUTICAS DE LAZER

Em algumas praias do município, há a operação de atividades comerciais recreativas como o banana boat e o aluguel de stand up paddle. Como exemplo, podem ser citadas as localidades de Garatucaia, Praia das Éguas (Monsuba), Biscaia (Ponta Leste), Praia Grande, Praia das Gordas, Vila Histórica de Mambucaba, Praia do Laboratório, Itinga, Freguesia de Santana (Ilha Grande) e Abraãozinho (Ilha Grande).

A atividade não possui regulamentação municipal. Alguns operadores possuem um alvará precário da Secretaria de Fazenda. Essa autorização precária é condicionada à autorização da Capitania dos Portos. A grande maioria porém, atua na informalidade completa.

O número de empreendedores está crescendo. Eventualmente, são registradas disputas por raias e espaços. Como não há normatização, as praias são escolhidas pelo operador, sem qualquer manifestação ou interferência do Poder Público municipal. Há casos como o da Vila Histórica em que a área recreativa possui restrições de uso, uma vez que está inserida nos limites da Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios).

Municípios como Florianópolis (SC) e Guarapari (ES) normatizaram a atividade, a partir da promulgação de legislação específica e publicação de editais de credenciamento. Nesses locais, as prefeituras destacam as localidades aptas a receber esses equipamentos de lazer, determinando o número máximo de operadores. Em seguida, é lançado um edital no qual os empreendedores interessados em exercer a atividades se inscrevem. Nos casos em que a demanda é maior que as vagas disponíveis, os candidatos são pontuados segundo critérios pré-definidos como antiguidade na atividade e residência no município.

Desde 2014, os gestores da ESEC Tamoios iniciaram um trabalho de ordenamento com operadores que trabalham nas proximidades da unidade de conservação. As prefeituras de Angra dos Reis e Paraty foram incorporadas ao diálogo para contribuir com a normatização dessas atividades. Essa ação poderá servir como exemplo para ordenar as atividades em todo o município, visando disciplinar tanto a segurança de usuários e banhistas, como a organização da faixa de areia.

Esse trabalho pode ser realizado no âmbito de um plano de uso e ocupação de praias e adjacências.

5.5. ORDENAMENTO DE PRAIAS

Registra-se em Angra dos Reis, uma proliferação de lanchas e botes motorizados, com dimensões de até 23 pés, que em geral permanecem na faixa de areia das praias, disputando espaço com transeuntes. Há ocorrência, também, de estaleiros improvisados na faixa de areia – alguns de uso comunitário apenas e outros até de uso comercial. Vimos ainda botes e canoas não motorizados que servem de apoio para as embarcações apoitadas ao largo.



Para ordenar essa situação, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ), em colaboração com a Capitania dos Portos e a Prefeitura de Angra está atuando numa operação de organização desses espaços. Estão sendo delimitadas áreas para o “estacionamento” de pequenas embarcações, obedecendo alguns critérios, com previsão de construção de estruturas de apoio – a exemplo de ranchos ou caramanchões. A ação começou na Praia do Jardim e deve alcançar em seguida, a praia do Camorim e a Vila do Abraão.

Esse trabalho também está no âmbito de um plano de uso e ocupação de praias e adjacências.

5.6. CADASTRAMENTO DE ESTRUTURAS NÁUTICAS

Um levantamento da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Angra dos Reis, identificou 37 cais e piers públicos no município. A Prefeitura, no entanto, não possui um banco de dados organizado sobre essas estruturas. É comum faltar documentos e informações como licença de operação, regularidade frente a órgãos como a Secretaria de Patrimônio da União, plantas e memorial descritivo, além de memória e relatórios de reformas estruturais.

Para gerar uma base de dados que possa subsidiar a gestão, o licenciamento de obras e o estabelecimento de competências no que se refere aos cais e piers do município, a Secretaria de Meio Ambiente, com o apoio da Fundação de Turismo de Angra dos Reis e da Secretaria de Pesca e Aquicultura, está empreendendo o Cadastro de Estruturas Náuticas.

Estão sendo reunidas e geradas informações tais como características e medidas da estrutura física, sinalização, regras e conflitos de uso, localização etc. Nos casos de ausência de documentação, serão iniciados processos de regularização. Esse trabalho constituirá um instrumento de gestão qualificado, possibilitando a regularização de áreas, o planejamento de intervenção e manutenção dessas estruturas.

5.7. GESTÃO DE RESÍDUOS DAS EMBARCAÇÕES

A atividade náutica e de turismo náutico geram resíduos de diversos tipos. No caso das embarcações de esporte e recreio, pesca e turismo são gerados resíduos sólidos e descartes advindos das águas de porão e de banheiros.

23

Em geral, os resíduos sólidos são condicionados em sacos e levados para destinação no continente. Essa prática, porém, também precisa ser disciplinada. Pontos de acúmulo de lixo são observados em locais como o cais do Carmo, arredores da Estação Santa Luzia e cais da Manivela (Centro). É preciso escolher locais funcionais e equipamentos de descarte adequados.

Além do resíduo doméstico, as embarcações expõem resíduos líquidos. A dinâmica dos motores acaba por misturar as águas de porão com óleos. Ambos são jogados diretamente no mar. A quantidade individual pode ser considerada pequena, mas seu impacto é potencializado pelo número elevado de embarcações que o mar de Angra abriga. Esse fato foi, inclusive, mencionado no “Diagnóstico da Baía Contribuinte à Baía da Ilha Grande” estudo produzido pelo Governo do Estado do RJ em 1997.

É preciso incentivar proprietários de embarcações na adoção de equipamentos que separem o óleo das águas de porão, de forma que o mar não receba esse elemento poluidor. Posteriormente, é desejável a adoção de medidas normativas. Ressalta-se que há iniciativas pontuais de proprietários de embarcações que estão fazendo testes com filtros de fabricação artesanal.

É, também, necessário planejar formas mais adequadas de tratamento e descarte dos efluentes líquidos provenientes dos sanitários.

24

6. CAPACIDADE DE SUPORTE

6.1. ILHA GRANDE SUSTENTÁVEL

O estabelecimento e o cumprimento de regras visando o ordenamento da atividade turística e o aprimoramento da infraestrutura de apoio são medidas fundamentais para minimizar impactos negativos ao ambiente e aprimorar a experiência dos visitantes. Porém, os lugares não são providos de capacidade ilimitada de absorção de fluxos de visitação. Portanto, esses dois elementos, por si só, não são capazes de atender aos efeitos de um turismo de massa.

O município de Angra dos Reis enfrenta superlotação de seus atrativos. Vilas e praias da Ilha Grande, ilhas diversas das Baías da Ilha Grande e da Ribeira recebem centenas de pessoas por dia. Em períodos de alta tempo-

rada, a Vila do Abraão chega a hospedar oito mil visitantes, que somados à população residente, atinge o número de dez mil pessoas. Neste cenário, serviços essenciais como o abastecimento de água e o tratamento de esgoto entram em colapso. É visível o acúmulo de lixo em localidades como a Praia Preta, por exemplo. O ambiente marinho da Lagoa Azul vêm sofrendo degradação crescente com a intensa presença humana.

O Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA/RJ) contratou um estudo técnico intitulado “Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de Unidades de Conservação Estaduais que a compõem”. Esse trabalho resultou em um projeto conhecido como “Ilha Grande Sustentável”, apresentado no ano de 2013. Nele, está previsto um sistema de ordenamento turístico, ações de monitoramento e controle ambiental e logístico e uma proposta de governança integrada de gestão.

O elemento norteador desse sistema é a capacidade de suporte dos locais. Foram estudadas as várias vilas e atrativos da Ilha Grande a partir de três vertentes: capacidade hídrica, esgotamento sanitário e experiência do visitante. Chegou-se, então, a um número norteador para servir de base ao controle de visitantes da Ilha Grande. Elegeu-se a Vila do Abraão como projeto piloto, por ali concentrar os problemas mais críticos. Para garantir a sustentabilidade financeira do sistema, foi considerada a criação de um fundo, a ser alimentado, principalmente por uma taxa de preservação ambiental a ser cobrada dos visitantes. Uma vez elaborada a proposta técnica, o INEA/RJ buscou respaldos legais para colocar em prática o programa. Foram redigidas a minuta da lei a ser submetida a aprovação parlamentar bem como o decreto regulamentador. Porém, no segundo semestre de 2015, o órgão ambiental do Estado publicou uma chamada pública para manifestação de interesse de consultoria para modelagem de parceria público privada para a gestão do Parque Estadual da Ilha Grande, apontando um direcionamento diferente do que se vinha construindo.

O controle de visitantes na Ilha Grande é ação estratégica no ordenamento turístico do município. Por esse motivo, e especialmente pela potencialidade de interferir em problemas essenciais do setor, questões como controle de visitantes e capacidade de suporte de atrativos devem ser pauta constante nas ações atuais e futuras.

25

É importante mencionar, no entanto, que outras localidades como a Ilha de Cataguás e Gipóia estão descobertas desse projeto estadual. Algumas delas constituem unidades de conservação municipal, como a ARIE de Cataguás. Portanto, Secretaria de Meio Ambiente e TurisANGRA devem elaborar e coordenar, em conjunto, iniciativas balizadas nas capacidades físicas desses locais.

7. QUALIFICAÇÃO DE PRÁTICAS E SERVIÇOS

O Projeto de Desenvolvimento do Turismo Náutico da Costa Verde, coordenado pelo Sebrae, está em andamento desde 2014. O projeto tem como diretriz a melhoria da eficiência da gestão empresarial, o desenvolvimento do associativismo e a formatação de novos produtos turísticos com foco na inovação e sustentabilidade. Reuniões periódicas e cursos estão sendo promovidos. O desenvolvimento de um Selo de Qualidade também está em andamento e terá como objetivo prestar consultoria a empresas para que estas atinjam excelência na prestação de serviços.

Além das agências de médio porte, há outros operadores de igual importância. Um exemplo é a Associação de Barqueiros de Angra dos Reis (ABAR), um grupo com grande potencial a ser trabalhado, por reunir inúmeras características especiais. As embarcações de seus associados são de pequeno porte e de design tradicional. Além de contribuir para uma paisagem cultural da cidade, esses pequenos operadores geram um impacto menor que as embarcações grandes. Esses pequenos agentes vêm perdendo espaço no modelo de turismo de massa atual. Mas por sua especificidade, a ABAR tem condições de oferecer serviços e produtos diferenciados e personalizados.

Também está em curso a organização dos operadores de taxi boats na Vila do Abraão que está sendo mediada pelo Projeto Voz Nativa (Associação Alternativa Azul).

Há vários grupos em outros locais da cidade – Associação de Barqueiros do Camorim, barqueiros da face norte da Ilha Grande – que devem ser consideradas nas ações de qualificação profissional.

8. DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A IDENTIDADES TURÍSTICAS

Angra dos Reis é comercializada como um destino de “sol e praia”. A maior parte dos turistas em visita ao município é direcionada aos passeios náuticos e por isso a oferta de serviços nesse setor cresce significativamente ano a ano. Em paralelo aos esforços empreendidos para ordenar o setor náutico, com previsão, inclusive, de controle de fluxo de pessoas e embarcações segundo critérios de capacidade de suporte de atrativos, é necessário trabalhar outros segmentos turísticos.

A imagem do destino Angra precisa ser pensada de forma estratégica no âmbito de um trabalho de place branding, por exemplo. A comunicação de destinos hoje está pautada no conceito de experiência, muito mais que de atrativos.

9. CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO

Os projetos de infraestrutura e as ações de ordenamento devem ser acompanhadas de programas contínuos de sensibilização e orientação, em que sejam passadas ao público, informações sobre regras de visitação e boas práticas ambientais. Essas ações devem ser constantes e perenes.

No Carnaval de 2015, a TurisANGRA lançou a campanha #AngraLimpa, com o slogan “Não deixe seu lixo no paraíso”, o que gerou repercussão bastante positiva ao destino. A ideia é que essas ações sejam contínuas.

Também é desejável que essas campanhas sejam feitas em conjunto com a secretaria de Meio Ambiente e os órgãos ambientais, dando visibilidade às unidades de conservação e fortalecendo a imagem de Angra como um lugar de relevante importância natural. Esse fato contribuiria para despertar no visitante o senso de responsabilidade em relação ao ambiente que visita.

Campanhas de orientação quanto a segurança no mar também são imprescindíveis.

Capítulo 2

Objetivos

Apresentado o cenário, faz-se necessário traçar estratégias de atuação para os desafios acima apresentados. Dentre os principais objetivos do Projeto de Ordenamento do Turismo Náutico, destacam-se:

- Criar estruturas de apoio náutico e aperfeiçoar as existentes, visando o ordenamento do fluxo de embarcações e o embarque e desembarque de pessoas e cargas;
- Criar instrumentos legais, visando a organização dos serviços turísticos náuticos, o ordenamento dos espaços públicos e a qualidade ambiental dos atrativos naturais;
- Instituir sistema integrado de fiscalização às normas instituídas;
- Qualificar as práticas e serviços de operadores do turismo náutico, visando o aprimoramento da experiência do visitante no município;
- Diversificar roteiros e fomentar a estruturação de novos segmentos turísticos;
- Constituir e fortalecer uma esfera de governança que tenha como escopo de trabalho o ordenamento do turismo náutico em Angra dos Reis;
- Elaborar, executar e monitorar o Plano de Ordenamento do Turismo Náutico;
- Informar e sensibilizar a população, empresários e turistas sobre as ações de ordenamento e as normas instituídas.

28



Capítulo3

Grupo de Acompanhamento

Trata-se de um universo amplo, que requer um trabalho intenso nos primeiros anos e contínuo a longo prazo. Em dezembro de 2014, foi criado no âmbito do Conselho Municipal de Turismo a Câmara Técnica de Turismo Náutico, com as seguintes representações:

- Ambiente Urbano e Ambiental
- Angra Convention & Visitors Bureau
- Instituto Estadual do Ambiente – INEA
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Câmara Municipal de Angra dos Reis
- Agências, Operadoras de Turismo Náutico e Guias de Turismo
- Condomínios e Marinas
- Turismo Subaquático

30

O grupo foi criado para dar sustentação às ações e projetos nesse tema, garantindo a participação e acompanhamento da sociedade em área fundamental para o turismo do município. A consolidação e fortalecimento desse grupo poderá garantir a continuidade do processo de implantação de ações integradas e planejamento do Ordenamento do Turismo Náutico na cidade.

São realizadas reuniões ordinárias mensais.

Capítulo 4

Plano de Ação

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O TURISMO NÁUTICO			
OBJETIVO: Oferecer estruturas adequadas ao fluxo e estada de visitantes e moradores, proporcionando conforto aos visitantes e minimizando os impactos negativos ao ambiente.			
META / AÇÃO	COMO FAZER	PERÍODO/PRAZO	AGENTES
Realizar Cadastramento de Estruturas Náuticas – Legalização do Cais Santa Luzia, Centro da Cidade, Estação Abraão e Cais das Barcas (Abraão)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir visita de campo para recolhimento de informações e preenchimento de formulários; 2. Sistematizar informações; 3. Sistematizar ou elaborar documentos necessários a regularização; 4. Adquirir autorizações, cessões ou licenças pendentes; 5. Elaborar planos de manutenção, reforma e operação; 6. Elaborar cartilha sobre normas de utilização das estruturas náuticas. 	Julho/2015 a Março/2016	TurisAngra SMA Saae PGM SPA
Realizar Cadastramento de Estruturas Náuticas – cais e piers públicos da Ilha Grande	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir visita de campo para recolhimento de informações e preenchimento de formulários; 2. Sistematizar informações; 3. Sistematizar ou elaborar documentos necessários a regularização; 4. Adquirir autorizações, cessões ou licenças pendentes; 5. Elaborar planos de manutenção, reforma e operação; 6. Elaborar cartilha sobre normas de utilização das estruturas náuticas. 	Março 2016 / Julho 2016	TurisAngra SMA PGM SPA

<p>Realizar Cadastramento de Estruturas Náuticas - cais e piers públicos de Angra dos Reis Continente e outras ilhas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir visita de campo para recolhimento de informações e preenchimento de formulários; 2. Sistematizar informações; 3. Sistematizar ou elaborar documentos necessários a regularização; 4. Adquirir autorizações, cessões ou licenças pendentes; 5. Elaborar planos de manutenção, reforma e operação; 6. Elaborar cartilha sobre normas de utilização das estruturas náuticas. 	<p>Agosto 2016 / Novembro 2016</p>	<p>TurisAngra SMA PGM SPA</p>
<p>Elaborar Projeto de Ampliação e/ou criação de estruturas de apoio náutico, tendo em vista embarque e desembarque de pessoas e cargas no continente</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar diagnóstico de demandas presentes e futuras; 2. Formar equipe multidisciplinar e multissetorial para estudos de áreas, sistematização de propostas existentes e proposição de novos projetos (se necessário); 3. Realizar seminário interno para avaliação técnica das propostas; 4. Realizar consultas públicas para população para avaliação das propostas; 5. Elaborar projetos executivos de propostas aprovadas; 	<p>Abril/2016 a Dezembro/2017</p>	<p>TurisAngra SMA Câm. Técnica T.Náutico SPA Comissão do Plano de Mobilidade Inea CMUMA</p>

<p>Elaborar Projeto de Ampliação e/ou criação de estruturas de apoio náutico, tendo em vista embarque e desembarque de pessoas e cargas na Vila do Abraão</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar diagnóstico de demandas presentes e futuras; 2. Formar equipe multidisciplinar e multissetorial para formulação de projetos; 3. Realizar consultas públicas locais; 4. Captar recurso para execução. 	<p>Julho/2015 a Dezembro de 2016</p>	<p>TurisAngra SMA CTT.Náutico Sec. de Pesca Comissão do Plano de Mobilidade Inea CMUMA SeObras</p>
<p>Executar projeto de Construção de estrutura de apoio náutico denominada Estação Camorim</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obter licenças – SPU, Capitania e Inea; 2. Diálogo Social – comunidade do Camorim; 3. Realização da obra. 	<p>Em andamento / Junho 2016</p>	<p>TurisAngra Secretaria de Obras Subsecretaria de Projetos</p>
<p>Elaborar Projeto de Reforma e Ampliação do Cais de Japariz</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer diagnóstico dos usos e demandas; 2. Elaborar projeto; 3. Executar projeto. 	<p>Outubro 2016 / Junho 2017</p>	<p>TurisAngra SPA</p>
<p>Implantar Projeto de Sinalização Náutica (Projeto Nado Livre)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Selecionar áreas prioritárias; 2. Elaborar Projetos executivos; 3. Captar de recurso; 4. Implementar sistemas. 	<p>Em andamento / Dezembro de 2016</p>	<p>TurisAngra</p>

PROGRAMA: REGULAÇÃO E ORDENAMENTO DO TURISMO NÁUTICO
OBJETIVO: Criar normas, regras e instrumentos legais para disciplinar a atividade de turismo náutico

META / AÇÃO	COMO FAZER	PERÍODO/PRAZO	AGENTES
Quantificar o número de embarcações em atividade comercial e fomentar a formalização dos operadores.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar instrumento legal instituindo o cadastramento obrigatório de embarcações em operação comercial no órgão municipal de turismo; 2. Emitir selo de legalidade para embarcações cadastradas; 3. Ordenar o uso nos cais públicos municipais de acordo com as normas do decreto; 4. Criar programa de apoio regularização de pequenos operadores; 5. Definir agenda de orientação ao cadastramento. 	03/2015 a 04/2016	TurisAngra Sebrae PGM CTT.Náutico
Regulamentar o transporte aquaviário em âmbito municipal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear casos de sucesso e estudar legislação; 2. Mapear cenário atual; 3. Realizar estudo de demanda e destino; 4. Elaborar proposta de sistema de transporte aquaviário e minuta de lei, considerando os empreendedores locais; 5. Submeter a proposta a população; 6. Implementar proposta. 	11/2016 a 12/2017	TurisAngra CTT. Náutico SMA Comissão do Plano de Mobilidade Sebrae Agências reguladoras (estadual/federal) PGM
Realizar Censo de Embarcações de Esporte e Recreio em Marinas e Condomínios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver questionário; 2. Definir área de abrangência; 3. Aplicar questionário; 4. Sistematizar informações. 	03/2016 a 06/2016	TurisAngra CTT. Náutico Comtur Setor privado

Elaborar Diagnóstico da Operação de Navios Transatlânticos	1. Avaliar locais de fundeio e desembarque atuais; 2. Definir junto com Comtur e comunidades receptoras regras e normas de operação.	12/2015 a 04/2016	TurisAngra CTT. Náutico Comtur Setor Privado INEA ICMbio
Implantar Sistema de Ordenamento Turístico – controle de visitantes em atrativos	1. Colocar em prática propostas já elaboradas, a exemplo do projeto Ilha Grande Sustentável; 2. Replicar metodologia para áreas não contempladas.	03/2016 a 12/2018	TurisAngra SMA INEA IcmBio
Elaborar Plano de Ordenamento de Praias e Regulamentar atividades Náuticas de Lazer			TurisAngra Secretaria de Fazenda SAE Capitania dos Portos SMA INEA IcmBio
Criar /instituir guarda marítima ambiental no município de Angra dos Reis	Elaborar Projeto de Lei		TurisAngra SMA Sec. de Governo

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO DE PRÁTICAS E SERVIÇOS

OBJETIVO: Aprimorar a eficiência da gestão empresarial, o desenvolvimento do associativismo e a formação de novos produtos turísticos com foco na inovação e sustentabilidade

META	COMO FAZER	PERÍODO/PRAZO	AGENTES
Implantar a Rede Associativa de Turismo Náutico	<ol style="list-style-type: none">1. Sensibilizar os empresários;2. Realizar Planejamento Estratégico;3. Elaborar Plano de Ação;4. Realizar Assessoria de Acompanhamento.	05/2015 a 12/2016	Sebrae
Realizar Diagnósticos Empresariais em Empresas de Turismo Náutico	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar aplicação de questionário PDC junto às empresas;2. Realizar entrega de relatório às empresas.	Contínuo	Sebrae
Realizar Consultoria Empresariais Especializadas em Empresas de Turismo Náutico	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar atendimento de empresas sob demanda.	Contínuo	Sebrae

Realizar 04 Laboratórios Náuticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir Macro Temas, Locais e Datas; 2. Elaborar Programa do Evento; 3. Sensibilizar e convidar participantes; 4. Realizar evento. 	05/2015 a 05/2017	Sebrae
Implantar Selo de Qualidade no Turismo Náutico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver Metodologia e Referências; 2. Realizar Design Thinking; 3. Revisar Metodologia e Instrumentos; 4. Definir Estrutura Operacional; 5. Realizar Qualificação de Consultores; 6. Sensibilizar Empresário; 7. Realizar Lançamento do Selo de Qualidade; 8. Aplicar Metodologia do Selo de Qualidade. 	05/2015 a 12/2016	Sebrae TurisAngra Iniciativa Privada
Realizar estudos para identificação de demanda de qualificação para profissionais do setor náutico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear tipologia das empresas do setor e profissionais envolvidos; 2. Identificar principais demandas e carências; 3. Identificar ofertas de qualificação existentes; 4. Propor parcerias e implantação de cursos. 	03/2016 a 06/2016	Setor Privado SEBRAE Turisangra SAE SENAC
Elaboração e Implantação de Programa de Resgate e Educação da Cultura do Mar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e mapear as atividades econômicas, histórias e manifestações tradicionais correlatas ao mar; 2. Criar programas de incentivo para visitação turística direcionado aos munícipes; 3. Propor ações. 		TurisAngra CCT. Náutico Setor Privado CEA Cultuar

PROGRAMA: ACESSO A MERCADOS			
OBJETIVO: Realizar comunicação planejada e direcionada para o turismo náutico			
META / AÇÃO	COMO FAZER	PERÍODO/PRAZO	AGENTES
Elaborar Plano de Marketing Turístico do Turismo Náutico integrado ao Plano Municipal	1. Mapear estudos existentes; 2. Contratar consultoria para elaboração.	02/2016 a 06/2017	ATAR Angra CVB SEBRAE Turisangra
Elaborar Plano de comunicação para o turismo náutico do município	1. Mapear estudos existentes; 2. Contratar consultoria para elaboração.	07/2017 a 12/2018	Turisangra
Elaborar Showcase para eventos Náuticos	1. Mapear estudos existentes; 2. Contratar consultoria para elaboração.	06/2016 a 06/2016	Angra Convention Turisangra Marinas ATAR
Elaborar Calendário Anual de Eventos Náuticos	1. Mapear estudos existentes; 2. Contratar consultoria para elaboração.	11/2016 a 4/2017	Angra Convention Turisangra Marinas ATAR

PROGRAMA: MEIO AMBIENTE			
OBJETIVO: Realizar estudos e executar ações visando a qualidade ambiental das baías de Angra dos Reis			
META / AÇÃO	COMO FAZER	PERÍODO/PRAZO	AGENTES
Mapear estudos existentes e Realizar Diagnóstico para Identificar e monitorar os principais vetores de poluição das baías de Angra dos Reis	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear estudos existentes; 2. Elaborar relatório técnico apontando os principais vetores de poluição; 3. Propor ações; 4. Estabelecer indicadores. 	07/2016 a 07/2017	SMA INEA IcmBio
Elaborar e Implantar Plano de Gestão de Resíduos das Embarcações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar plano e instaurar procedimentos de recolhimento de resíduos sólidos; 2. Elaborar plano e prever infraestrutura de recolhimento de resíduos líquidos (óleos e efluentes); 3. Fomentar instauração de procedimentos de destinação de resíduos líquidos nas embarcações. 	03/2017 a 12/2017	TurisAngra SMA INEA IcmBio
Elaborar e Implantar Programa de Sensibilização Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir Estratégias de atuação e público-alvo; 2. Produzir materiais, atividades, mídia; 3. Definir cronograma de execução. 	02/2016 a 12/2016	TurisAngra SMA/CEA INEA IcmBio Capitania dos Portos

FLOPIPAMANHÃ. Estudo complementar para implementação do plano de ordenamento náutico do município de Florianópolis.

INEA. Diagnóstico do Setor Costeiro da Baía da Ilha Grande – Subsídios à elaboração de zoneamento ecológico-econômico costeiro. Volume I. Rio de Janeiro, 2015.

PMAR/SMA. Plano de Mobilidade Sustentável. Angra dos Reis, 2015.

PMAR. Relatório Setorial para o Programa Nossa Cidade (grupo 2 – TurisANGRA, Secretaria de Pesca e Aquicultura, Cultural e Secretaria de Atividades Econômicas). Angra dos Reis, 2013.

40

PMAR. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Plano de Intervenção na orla do município de Angra dos Reis. Sem data.

RCL Planejamento/SEBRAE. Diagnóstico do Ordenamento Náutico – Município de Angra dos Reis. Angra dos Reis, 2014.

SEBRAE. Cadeia Produtiva do Turismo Náutico. Rio de Janeiro, 2011.

TurisANGRA. Levantamento de Informações para o Plano de Mobilidade. Angra dos Reis, 2015.

TurisANGRA. Relatórios para Plano de Ordenamento dos Cais Públicos do Centro da Cidade. Angra dos Reis, 2014.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS

CNPJ 07.200.263/0001-93

AVENIDA JÚLIO MARIA, 10 (SOBRADO) - CENTRO, CEP: 23.900-502, ANGRA DOS REIS/RJ.

TELEFONES: (24) 3367-7866 / (24) 3368-4372

KLAUBER VALENTE DE CARVALHO

Presidente

NILTON JÚDICE PORTUGAL

Diretor Executivo

EQUIPE:

Alexandra Ramos
Alexandro Viana
Amanda Hadama
Amanda Salazar
André Pires
Andreia Paim

Benedito de Castro
Beth Cobra
Carlos Augusto
Carlos Henrique Lima
Carlos Henrique Costa
Christian Galois

Damião Amorim
Edmilton Fonseca
Elton Lara
Felipe Guimarães
Jacqueline Queirós
Jairo Ramos

José Antonio
Josiana Torres
Julio César
Lúcia Honorato
Lúcia Silva
Marcella Lopes
Marden Tadeu

Maria de Lourdes
Nínive Rodrigues
Polyana Rabelo
Raphael Peixoto
Rosângela Lima
Sérgio Moreira

Thiago Rabha
Ubiraci Augusto
Verônica Inácio
Wagner Dias

CÂMARA TÉCNICA DO TURISMO NÁUTICO

Ambiente Urbano e Ambiental: Mariana Elias Gonçalves

Angra Convention & Visitors Bureau: Deise Rego Correia

Instituto Estadual do Ambiente – INEA: Vinicius Martuschelli Ramos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente: Samir Machado Assad

Câmara Municipal de Angra dos Reis: Daniel Amorim

Agências, Operadoras de Turismo Náutico e Guias de Turismo: Eufrásio Cipriano Feitosa

Condomínios e Marinas: Roberto Bonfim

Turismo Subaquático: Anderson Luiz Zumpano